

RECURSO ESPECIAL Nº 1.738.912 - PI (2018/0103506-3)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ**
ADVOGADOS : **JOÃO FRANCISCO PINHEIRO DE CARVALHO - PI002108**
 AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA - PI004640
 KARINE NUNES MARQUES - PI009508
 CRISTOVAO MELO DE ALENCAR MAIA JUNIOR E
 OUTRO(S) - PI012872
RECORRIDO : **BORGES JUNIOR - SOCIEDADE DE ADVOGADOS**
OUTRO NOME : **FRANCISCO BORGES SAMPAIO JUNIOR - ADVOCACIA E**
 CONSULTORIA
ADVOGADOS : **FÁBIO AUGUSTO CUNHA SILVA - PI003333**
 FELIPE MATOS ANCHIETA DE MOURA - PI005768
 LUCAS EMANUEL DE FREITAS MOURA E OUTRO(S) -
 PI012267

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça daquela unidade federativa assim ementado (e-STJ fls. 161/162):

APELAÇÃO CÍVEL — AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS — IRREGULARIDADE NO MEDIDOR — PROVA UNILATERAL — FRAUDE NÃO COMPROVADA — DANO MORAL CONFIGURADO — MANUTENÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO — RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Revela-se abusiva a cobrança do débito de recuperação de consumo diante da ausência de prova suficiente e capaz da suposta fraude ao medidor, sobretudo quando a prova apresentada pela concessionária fora produzida de forma unilateral. 2. Configurado o dano moral indenizável, na esteira do entendimento dessa Câmara Cível, mantém-se o montante da condenação, pois arbitrado com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 3. Recurso improvido. 4. Decisão unânime.

Nas suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 188, I, e 476 do CC/2002, do art. 373, I, do CPC/2015, bem como do art. 6º, § 3º, II, da Lei n. 8.987/1995 e do art. 37, § 6º, da CF. Alega, inicialmente, que o caso comporta a reavaliação das provas relativas à apuração do débito e à notificação do devedor para contestá-la.

Defende, em síntese, a legalidade da cobrança efetuada, a qual decorre de apuração de irregularidades no medidor da unidade consumidora, conforme procedimentos descritos na Resolução n. 414/2010 da ANEEL.

Argumenta que exerceu seu regular direito de fiscalizar os consumidores e cobrar pelas perdas de consumo não faturado, asseverando, ainda, a possibilidade de suspensão no fornecimento da prestação do serviço, em razão do não pagamento do débito apurado.

Por fim, aduz que o recorrido não se desincumbiu de demonstrar nos autos o nexo de causalidade entre a conduta da concessionária e o suposto dano sofrido, não havendo que se falar em responsabilidade civil da ora recorrente, e, caso assim não se entenda, requer a redução *quantum* indenizatório (e-STJ fls. 277/311).

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 220).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Dito isso, tenho que a irresignação recursal não merece prosperar.

Cumpre observar, de início, que, o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre o art. 476 do CC/2002 tido por violado, tampouco foram opostos embargos de declaração para fins de prequestionamento, incidindo, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.

Ressalte-se, ainda, que o recurso especial não é remédio processual adequado para conhecer de irresignação fundada em suposta afronta a preceito constitucional, sendo essa atribuição da Suprema Corte, em sede de recurso extraordinário (art. 102, III, da CF).

De outro lado, embora o recurso especial tenha apontado violação dos arts. 6º, § 3º, I, da Lei n. 8.987/1995 e 188, I, do CC/2002, que supostamente legitimariam sua atuação, constata-se que a tese recursal se funda essencialmente nas disposições da Resolução n. 414/2010 da ANEEL, de modo que a análise da pretensão perpassa pela interpretação do referido ato normativo infralegal, providência inviável em sede de recurso especial.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 566.614/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015, REsp 1.318.180/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 16/05/2013, DJe 29/05/2013, e AgRg no AREsp 327.472/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, julgado em 28/03/2017, DJe 05/04/2017.

Na mesma linha, a Corte de origem fundamentou a sua decisão em disposição da Resolução n. 456/2000 da ANEEL, o que reforça a inviabilidade do apelo nobre.

Na hipótese, o Tribunal *a quo* entendeu abusiva a cobrança do débito de recuperação consumo, anotando que a recorrente não se teria desincumbido do ônus probatório que lhe competia, assim consignando no acórdão recorrido (e-STJ fls. 272/274):

O serviço público de energia elétrica objeto dos autos está abrangido pelo Código de Defesa do Consumidor, consoante disposição do artigo 22 1, razão pela qual devem ser observadas às regras dispostas na legislação consumerista, de modo a evitar eventuais desequilíbrios entre as partes, especialmente em virtude da hipossuficiência do consumidor em relação ao fornecedor.

[...]

O art. 72, inc. I, da Resolução nº 456/2000 da ANEEL, determina a forma como deve proceder a concessionária de energia em caso de constatação de irregularidades, discorrendo sobre a necessidade de realização de perícia técnica do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial, neste caso quando necessária a verificação do medidor e demais equipamentos de medição.

Porém, não foi juntada aos autos perícia técnica elaborada por órgão idôneo, com capacidade específica para aferir as condições de uso e a funcionalidade do equipamento que foi submetido à análise, constando apenas provas unilaterais, produzidas pela concessionária, o que, no caso, não pode ser aceito.

E ausente prova robusta da alegada fraude, ou seja, perícia realizada por órgão oficial, conclui-se pela abusividade no ato de cobrança do débito, a fim de evitar o enriquecimento ilícito da concessionária, o que é vedado pelo ordenamento jurídico pátrio, na forma do artigo 884 do Código Civil.

Assim, tenho que a concessionária requerida deixou de produzir a prova necessária a afastar o direito alegado pela parte autora, ônus que lhe competia, e que não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do CPC/1973, correspondente ao art. 373, inciso II, do CPC/2015, daí porque não merece acolhida o débito lançado a título de recuperação de consumo, conforme decisão a seguir: [...].

Quanto aos danos morais, mantenho-os diante da insubsistente e indevida cobrança com a consequente ameaça de suspensão do fornecimento de energia elétrica, que derivam do fato ofensivo, e mantenho o seu valor arbitrado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base nos parâmetros estabelecidos pela jurisprudência e nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Pois bem, no que tange ao ônus probatório, o recorrente apontou violação do art. 373, I, do CPC/2015, limitando-se a defender que o recorrido não teria demonstrado o nexo de causalidade entre a conduta da concessionária e o suposto dano sofrido.

Da leitura do excerto transcrito, todavia, extrai-se que o Julgador *a quo*, aplicando as regras consumeristas, entendeu que à recorrente incumbia o ônus probatório, do qual não se desincumbiu.

Percebe-se, portanto, que o fundamento do acórdão recorrido não foi expressamente rebatido nas razões recursais, as quais se mostraram dissociadas das premissas jurídicas apontadas pelo Tribunal *a quo*.

Dessa forma, forçosa a aplicação das Súmulas 283 e 284 do STF, pois "a jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem" (AgInt no Resp 1.629.094/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 03/08/2017).

Ademais, "esta Corte já se posicionou no sentido de que a valoração da prova refere-se ao valor jurídico desta, sua admissão ou não, em face da lei que a disciplina, podendo representar, ainda, contrariedade a princípio ou regra jurídica, no campo probatório, questão unicamente de direito, passível de exame, nesta Corte. Diversamente, o reexame da prova implica a reapreciação dos elementos probatórios, para concluir-se se eles foram ou não bem interpretados, matéria de fato, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias de jurisdição e insuscetível de revisão, no Recurso Especial" (AgRg no AREsp 235.460/ES, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 16/0/2014).

In casu, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório constante dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONSUMO IRREGULAR, DECORRENTE DE FRAUDE NO MEDIDOR, APURADO, UNILATERALMENTE, PELA CONCESSIONÁRIA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 459 E 475-N DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

V. O Tribunal de origem, à luz das provas dos autos, registrou que "em nenhum momento foi elaborado um parecer técnico que comprovasse o consumo efetivo pelo usuário da energia elétrica em decorrência da fraude e que pudesse corroborar os cálculos apresentados pela concessionária. O que consta apenas são cálculos unilaterais, que não demonstram, em nenhum momento, a realidade dos fatos". A alteração de tal entendimento ensejaria, inevitavelmente, o reexame fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pela Súmula 7 desta Corte.

VI. O Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, no que tange à alegação de violação aos arts. 459 e 475-N do CPC/73, pois não foram eles objeto de discussão, nas instâncias ordinárias, sequer implicitamente, de modo a atrair o óbice da Súmula 282/STF.

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 738.776/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017).

Por fim, quanto ao pleito de redução do *quantum* indenizatório, observa-se que o recorrente não apontou o dispositivo legal que teria sido violado, o que denota deficiência na fundamentação do recurso especial, atraindo, mais uma vez, a incidência da Súmula 284 do STF.

Sobre o tema, vejam-se: AgRg no AREsp n. 372.647/ES, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 17/03/2016, e REsp 1.698.512, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 19/12/2017.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

